

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Foram convocadas sessões deliberativas para terça-feira (13h55), quarta-feira (13h55) e quinta-feira (9h). Entre os projetos de lei pautados para votação encontra-se o seguinte: PL 4.513/2020, de autoria da dep. Ângela Amin (PP-SC), que institui a *Política Nacional de Educação Digital*, com o objetivo de garantir que toda a população brasileira tenha igual acesso às tecnologias digitais para obter informações, comunicar-se e interagir. Sobretudo para as comunidades com dificuldade de acesso à internet no interior do país, esta é uma política pública importante.

- Acontecerá, no dia 06/04, às 10hs, uma *Sessão Solene em Homenagem à Campanha da Fraternidade da CNBB 2022*, que tem como tema *Fraternidade e Educação* e como lema *Fala com Sabedoria, ensina com Amor*. A sessão contará com a participação do Secretário-Geral da CNBB, dom Joel Portella Amado. Os requerimentos são dos dep. Vicentinho (PT-SP), Jesus Sérgio (PDT-AC) e Diego Garcia (Republicanos-PR).

SENADO FEDERAL

No Plenário do Senado haverá votação de diversas matérias. Nenhuma, contudo, ligada diretamente aos temas pertinentes ao nosso acompanhamento.

COMISSÕES DO SENADO

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ

Amanhã, 06/04 (quarta-feira), às 10h, na CCJ, será discutido o PL 3723/2019, que altera a Lei nº 10.826/2003, que dispõe sobre *registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição*, sobre o *Sistema Nacional de Armas* (Sinarm) e define crimes. A relatoria é do sen. Marcos do Val (Podemos-ES).

OUTROS INFORMES

Controle das ONGs

O PL 736/2022, de autoria do dep. Paulo Eduardo Martins (PSC-PR), estabelece a *Lei de Transparência das Organizações Não-Governamentais* (ONGs) que prevê a criação do Cadastro Nacional de Organizações Não-Governamentais (CNO), administrado pelo Ministério da Justiça. Nele deverão ser inscritas todas as ONGs atuantes no país que recebam recursos de origem estrangeira. Já tramita na Câmara dos Deputados o PL 4953/2016, de autoria do dep. Subtenente Gonzaga (PDT-MG), que também propõe a criação de cadastro de entidades junto ao Ministério da Defesa. Os projetos podem ser apensados.

Pacote do Governo chega à Câmara

Chegou à Câmara dos Deputados os 03 projetos de autoria do Governo a respeito da segurança. A saber: PL 731/2022,

que dispõe sobre as garantias mínimas às vítimas de crimes; PL 732/2022, que altera a legislação sobre terrorismo; e PL 733/2022, que garante maior amparo jurídico aos integrantes dos órgãos de segurança pública (excludente de ilicitude). Outros projetos similares já estão prontos para serem incluídos na pauta de votação do plenário. É o caso, por exemplo, do PL 1595/2019. Os PLs mencionados anteriormente podem ser apensados a um deles e isso agilizará seus trâmites a ponto de tampouco serem discutidos em comissões.

Semipresidencialismo

O Grupo de Trabalho constituído pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL) para discutir e aprovar a adoção do semipresidencialismo no Brasil definiu seu cronograma e agendou para meados de junho a votação que encerraria as atividades, no âmbito do GT, acerca desse sistema de governo.

Marco Nacional sobre Direitos Humanos e Empresas

O PL 572/2022, de autoria dos dep. Helder Salomão (PT-SE), Carlos Veras (PT-PE), Áurea Carolina (PSOL-MG), Fernando Melchionna (PSOL-RS) e outros, cria o Marco Nacional sobre Direitos Humanos e Empresas e estabelece diretrizes para a promoção de políticas públicas no tema. Conforme o texto em análise na Câmara dos Deputados, o Estado e as empresas têm as obrigações comuns de respeitar e não violar os direitos humanos, não praticar atos de colaboração, cumplicidade, instigação, indução e encobrimento econômico, financeiro ou de serviços com outras entidades, instituições ou pessoas que violem os direitos humanos.

Ministério da Defesa

O jornal O Globo, no dia 03/04, apresentou uma reportagem que mostrou 11 senadores, sendo a maioria alinhada ao governo, que foram contemplados com emendas de relator repassadas pela Defesa para realizar centenas de obras em seus redutos eleitorais. O ministério era chefiado, até poucos dias atrás, pelo general da reserva Braga Netto, que deixou a pasta e ganhou um cargo de assessor no Palácio do Planalto para viabilizar a sua candidatura a vice-presidente na chapa de Jair Bolsonaro. *Os recursos teriam sido destinados ao Calha Norte, programa criado na década de 1980 diante de uma preocupação dos militares com a Amazônia.* O objetivo dessa ação é investir em projetos de infraestrutura básica, aquisição de equipamentos e compra de bens para quartéis na região, principalmente em áreas distantes dos grandes centros urbanos. Segundo levantamento de O Globo, uma parte das emendas de relator destinadas pela pasta serviu a outro propósito — praças, passarelas de concreto e até para bancar obras de edifícios que vão abrigar as câmaras

de vereadores em duas cidades do interior do Amapá e uma no Amazonas, com o custo de R\$ 1,5 milhões cada.

Despejos

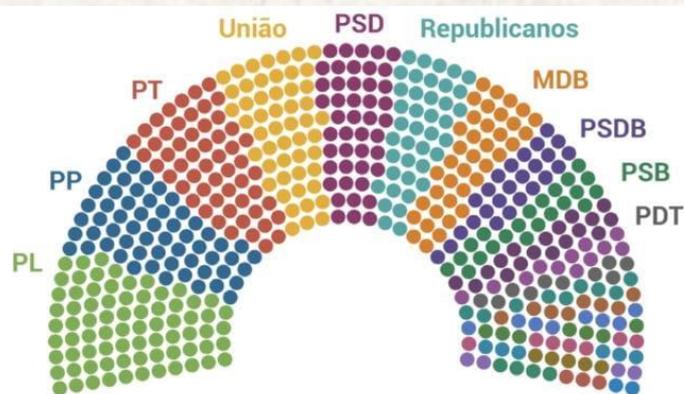
O ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal (STF), decidiu, no dia 30/03, estender o veto a despejos e desocupações até o final de junho de 2022. Esta é a segunda vez que o magistrado prorroga o prazo para suspender reintegrações e despejos coletivos urbanos e rurais. Através da CPT e da própria presidência, a CNBB teve uma atuação importante nessa pauta e decisão.

Acampamento Indígena

Acontece em Brasília, entre os dias 04 e 14 de abril, a 18ª edição do Acampamento Terra Livre (ATL) com o tema *Retomando o Brasil: Demarcar Territórios e Aldear a Política*. Já estão reunidos cerca de 5 mil indígenas. A previsão é de que cheguem a 8 mil participantes. O acampamento conta com o apoio e o envolvimento de organismos ligado à CNBB, como o CIMI e REPAM-Brasil, entre outros.

Janela Partidária

Encerrou, na última sexta feira (01/04), a chamada *janela partidária*, período no qual o parlamentar pode realizar a mudança de partido sem perder o mandato. O bloco de apoio ao governo se consolidou como o maior da Câmara. Isso poderá acelerar a pauta de votação de interesse deles. Confira as atualizações no infográfico ao lado (*produzido pelo grupo de informação jornalística Poder360*).



partido	eleitos em 2018	atual	variação
PL	33	75	42
PP	38	59	21
PT	54	55	1
União Brasil*	81	51	-30
PSD	35	45	10
Republicanos	30	40	10
MDB	34	38	4
PSDB	29	25	-4
PSB	32	22	-10
PDT	28	18	-10
PSC	8	12	4
Podemos	11	10	-1
Solidariedade	13	9	-4
Novo	8	8	0
Psol	10	8	-2
Avante	7	7	0
PC do B	9	7	-2
Cidadania	8	6	-2
Pros	8	5	-3
PV	4	4	0
Patriota	5	4	-1
PTB	10	3	-7
Rede	1	2	1
DC	1	0	-1
Agir36	2	0	-2
PMN	3	0	-3
PHS**	6	-	-
PRP***	4	-	-
PPL****	1	-	-

*DEM + PSL
**partido foi incorporado pelo Podemos em 2019
***partido foi incorporado pelo Patriota em 2019
****partido foi incorporado pelo PC do B em 2019
fonte: Câmara dos Deputados